

A MULHER NEGRA ESCRAVA NO IMAGINÁRIO DAS ELITES DO SÉCULO XIX*

Marília Pessoa Monteiro

Universidade Federal de Pernambuco.

Tratar da mulher negra escrava historicamente é tratar do sistema escravista do qual ela faz parte — resquício português, que renovou a escravidão no século XV — sob novo enfoque. O mercantilismo revigorava o velho modo de produção e pervertia a evolução do povo negro africano. Desde o descobrimento até as décadas finais do XIX, a escravidão foi a grande marca no fundamento da formação social brasileira e do modo de produção que lhe serviu de base material. Foi o mais lucrativo negócio de época. Dominou por quase quatro séculos nossa história.

Mas, ao estudar a formação social brasileira, a historiografia oitocentista negligenciou o papel desempenhado pela mulher de modo geral e pela escrava em particular, reproduzindo a ideologia dominante eivada de mitos e preconceitos que só a discriminam. Conhecê-la, tal como foi representada no imaginário das elites, é tentar refazer sua história.

O estudo que sobre a escravidão faz e fez a historiografia de hoje e de ontem, escamoteia o papel produtivo da mulher escrava trabalhadora. A abordagem preferida, é a da sexualidade, saturada de estereótipos que só prejudicam a condição feminina, parte de uma realidade histórica distorcida, que se pretende reverter.

* Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla, financiada pelo CNPq, sob o título «Ser Mulher no Brasil».

Sabendo-se que a história foi escrita a partir da visão do vencedor, da perspectiva dominante, a ausência não surpreende, lamenta-se. A representação da realidade social é um processo que transmite às gerações futuras a visão de mundo da época. Esta visão, bebida nas fontes oitocentistas, exige revisão a partir de um reestudo da negra escrava. Urge resgatar sua presença viva na produção de bens materiais e na reprodução da vida. Definir seu desempenho entre a casa-grande e a senzala, nas cozinhas e nos porões, na mesa e na cama que lhe armou o sistema.

Por longo tempo, o "homem cordial" brasileiro pairou sobre a realidade social que o cercava, desservindo à história, servindo à ideologia, para amenizar as relações raciais entre o preto e o branco.

Em 1855, um intelectual carioca, Luís Peixoto Werneck escreveu que "o escravo não é só um agente de trabalho e de produção. É preciso desconhecer o coração humano para assim pensar; o escravo é um objeto de luxo, um meio de satisfazer certos vícios da natureza do homem. Assim como a propriedade territorial tem certos atrativos, assim também o escravo oferece ao senhor, um certo gozo de domínio e império que está no coração humano, não sabemos se bem ou mal".(1)

Para este trabalho utilizamos jornais da época e documentos existentes na Divisão de Pesquisa Histórica do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, no Arquivo Público Estadual, além dos diários dos viajantes estrangeiros do século XIX.

Ao consultar as fontes primárias representadas pelos viajantes, não esquecemos a contradição inerente à sua condição de estrangeiros. O limite que tal condição impõe, não invalida a importância do legado. São informações preciosas, aguçadas pela curiosidade própria de pessoas estranhas à terra e à gente. O que perdem em objetividade, ganham na lucidez dos contrastes que ressaltam o cotidiano, muitas vezes despercebido pelos da terra. Hóspedes do sistema, pecam pela transmissão da ideologia dominante com a qual se identificam. Reproduzem a dupla face da moral do século, quando por exemplo reforçam o mito da sexualidade pecaminosa da mulata.

"Ninguém ensinou às lindas filhas da África a vencer as paixões e reprimir as inclinações naturais. O pudor, sentimento divino, que o cristianismo revelou à mulher, é desconhecido entre elas. Não existem, a seu ver, convenções nem

usos estabelecidos. Ignoram os ásperos gozos da imolação, as harmonias superiores do dever... A lei que consagra amores dos amantes e amores legítimos não foi feita para escravos (...)

(...) mesmo as mulheres legítimas, seja por indiferença ou impotência e algumas por orgulho (uma senhora poderá ter ciúmes de uma negra?) autoriza com seu silêncio, essas uniões adúlteras que aumentam o capital humano..."(2)

O exemplo acima não surpreende. Se a sexualidade feminina em geral era uma desvirtude fechada a sete chaves, imagine-se o que sobrou para a mulher negra escrava, sobre quem não foi lançado o manto protetor da Santa Igreja Católica. As limitações da pesquisa individual ainda incompleta, apontam riscos de privilegiar certos aspectos em detrimentos de outros. Terminamos por trabalhar menos seu papel produtivo e trabalhar mais a representação que sobre ela construiu o imaginário das elites do século XIX, incluindo seu papel na reprodução da vida.

Até o final do tráfico, não há preocupação maior com a realimentação do braço escravo. A sobrevivência do sistema era tratada com descaso, já que a fonte de abastecimento era farta e compensatória. Até aí os brasileiros, donos de escravos, só raramente eram reprodutores conscientes. O desinteresse pela reprodução era visível porque viável era a reposição dos plantéis.

A partir de meados do XIX, o sistema ressentia-se da ausência de uma legislação que protegesse as relações entre o homem, a mulher e o filho escravo, mas só a partir de 1871 fica claramente proibida, pela Lei Rio Branco, separá-los (a criança até 12 anos). Apesar dela, não aparecem medidas de apoio ao que se poderia chamar de uma "família escrava". Na condição de "coisa", constituir família é algo inacessível aos que não possuem nem a si próprios. O que se sentiu, foi o desinteresse maior dos senhores pelo casamento, limitado ainda mais, porque "lei é para inglês ver": não interessa cumpri-la.

A Sociedade escravista brasileira foi mais desumana que a feudal européia, que admitia o casamento entre vassalhos. A instituição do casamento, teoricamente, tão sagrada para o branco como para o negro, era na prática ignorada na sociedade patriarcal escravista. Legalmente não o podiam proibir. Na realidade, ignora-se o sentimento, quanto mais o sacramento.

A escrava foi presa fácil do sistema falocrático, da violência e do sadismo que daí resultaram. Usada não apenas como produtora dos bens materiais mas também como reprodutora de mão-de-obra, o eito não lhe poupou o leito, substanciado pelo segundo papel econômico que lhe foi imposto: parir escravos para aumentar o plantel do senhor.

Torna-se no plano econômico duplamente rentável, enquanto no plano erótico foi estigmatizada como objeto de prazer.

O uso do corpo da mulher negra vai para além do econômico, da produção material de bens, vai para além da reprodução. No seu corpo reside o desejo imaginário, machista e escravista que a torna responsável pelo apetite sexual que provoca no senhor, enquanto provoca, em sentido inverso, a violência da senhora. Apesar de ser "coisa", e do código branco superior desconhecer a negra como pessoa, são inúmeros os casos reproduzidos pelos jornais e literatura sobre maus tratos, sevícias, mutilações e até crimes praticados pela branca.

"Quantas senhoras orgulhosas e ternas, a princípio indiferentes à atenção do marido pela escrava, depois feridas no seu orgulho e no seu amor pela prorrogação desta preferência, tentam atrair para si aquele que humildes raparigas usaram disputar!... A odiosa rival foi chicoteada, esfarrapada, mutilada, envenenada mesmo, em certos casos."(3)

A citação é de Expilly, "Mulheres e Costumes do Brasil", tantas vezes citado e criticado pelos excessos, na observação do cotidiano oitocentista. Exageros à parte, o fato é que na Divisão de Pesquisa do Departamento de História encontramos inventários que confirmam o viajante francês. Como este, de 1854, em Caruaru, no qual o inventariado, José Bernardino da Silva, de oito escravas tem três "aleijadas". Outros inventários as mostram cegas, o que faz recordar a velha história da sinhá que serviu de sobremesa ao marido, os lindos olhos arrancados à "negrinha atrevida" que ele tanto admirava.(4)

Sociedade perversa que polui e desgasta, que exalta a sexualidade escrava para denegri-la, que difunde o culto à sensualidade da mulata enquanto transmite às gerações, através do imaginário das elites, a brandura das relações raciais brasileiras, para justificar os desvios do sistema e os desmandos do senhor que tudo pode.

Desenhou-se o retrato da negra faceira, brejeira, sinônimos de denguiço e sedução. Reforçou-se a imagem da ma-

lícia, da vadiagem sedutora que a remete para terreno ambíguo e pecaminoso. Sua sensualidade explorada pela ideologia é livre dos padrões da sociedade patriarcal-cristã. Escapa das determinações morais impostas à mulher branca e aparece aos olhos masculinos desamarrada e sem peias. Mulher-fruta, madura e gostosa, para ser comida, no discurso de sedução com que o romantismo a brindou.

"... na poesia romântica brasileira, a mulher mestiça já não é mais descrita, retratada, pintada como se fosse algo para ser visto à distância. Mas se converte de mulher-flor em mulher-fruto e, sobretudo em mulher-caça, que o homem persegue e devora sexualmente."(5)

A branca, santa parideira, é a mulher-flor. Deve ser colhida viçosa, mas guardada à distância, com cuidado. A negra, fruta que é, exige tato, contato, paladar para uma deglutição prazerosa. A literatura sugere ainda o uso da brejeirice, como arma que deve ser empunhada com astúcia, para conseguir transmutar-se de escrava em rainha.

Usando o corpo, dirige as relações de permuta amorosa e amolece o senhor. Deixaria de ser escrava no eito para ser rainha no leito. O cativo estaria amenizado. A ideologia concorre e reproduz a força do erotismo como capaz de suavizar relações de violência e poder. Como se fosse possível generalizar exceções.

"A crioula" de Trajano Galvão (1830-1864) suspira:

"Sou cativa qu'importa? fogando
Hei do vil cativo levar."

"A mucama" de Bittencourt Sampaio, declara:

"Eu gosto bem desta vida.
Porque não hei de gostar."(6)

Apontam direção falsa, escamoteiam a verdade para justificar o poder machista e branco da sociedade escravista.

A realidade histórica é diversa. As relações sexuais foram eivadas pela marca da sujeição. Solicitada pelo senhor, não há recusa possível. Com isso conviveu sem que tivesse espaço próprio ou acesso a nenhum tipo de liberdade, nem na família nem no amor, como quer fazer passar distorcidas análises. Adaptação forçada para sobreviver, eis a verdade.

Castro Alves ampliará a denúncia do social através do sexual, ao combater o desconhecimento que se tem da subjetividade do negro. Seus versos românticos clamam contra a violência e o sadismo da sociedade falocrática branca que vincula o corpo da escrava ao prazer. Nos 33 poemas que compõem a "Cachoeira de Paulo Afonso", delata a desestruturação do sentido de família do escravo e a negação de sua organização social e psicológica. O poema conta o encontro frustrado entre Maria e Lucas, impedidos de realizar seus sonhos de amor pela brutalidade erótica que os cerca.

Maria é violentada pelo filho do senhor, meio irmão de Lucas, que revive assim a tragédia que vitimara sua mãe, a quem jurara não se vingar. Decidem então pelo suicídio, forma extrema de resistência. Seu leito de núpcias será a canoa que a Cachoeira empurrará para o desfecho mortal. Na tragédia amorosa priva-se a negra de sua integridade, reduzindo-a a puro objeto de prazer. É o que aparece na fala de Maria que geme:

"Ai, que pode fazer a rola triste.
Se o gavião nas garras a espedaça?
Ai que faz o cabrito no deserto
Quando a jibóia no potente aperto
Em roscas férreas o seu corpo enlaça?
Fazem como eu... Resistem, batem, lutam.
E finalmente expiram de tortura.

Ou na de Lucas, que clama:

"É que os infames tudo me roubaram.
Esperança, trabalho, liberdade.
Entreguei-lhes em vão... não se fartaram.
Quiseram mais... fatal voracidade!
Nos dentes meu amor espedaçaram...
Maria! última estrela de minh'alma!
O que é feito de ti, Virgem sem palma?"(7)

Desse convívio difícil, contraditório, amenizado aqui e acolá pelas relações patriarcais, sai um "modus vivendi" dissimulado, a serviço das vantagens do mais forte. Quando possível o acordo tácito. tipo, "dá-me tua lealdade e eu te darei proteção".

Do equilíbrio frágil, rompido aqui e ali, resultam incontáveis crimes, suicídios, fugas, revoltas que comprovam que passivas não foram.

“Do engenho Antas na freguesia de Gameleira fugiu em fevereiro o mulato de nome Pedro. Levou consigo uma retirante de nome França, cabra alta... Presume-se que de nomes mudados intitulando-se casados e forros, estejam em companhia de alguém trabalhando.”(8)

Lutaram, espreitaram brechas no sistema, batalharam mil formas de resistência, ponto importante, que o momento não nos permite aprofundar. Quando reuniu algum dinheiro, a documentação mostra, um tipo de transação aviltante, quase inacreditável. Documento catalogado na divisão de pesquisa do Departamento de História, procedente de Altinho, 1853 — relata que a escrava Inocência, de Thomas José de Aquino, comprou 200\$000 mil réis de seu corpo, que valia 300\$000 mil réis. Assim, continuava escrava, à espera de amealhar o restante de seu preço. (9)

Seus parcos proventos, quando a eles tinham acesso como escravas de ganho, de aluguel, em geral urbanas, eram muitas vezes utilizados para sustentar senhores empobrecidos.

Outro problema, tratado pelo viés ideológico como superado, é a análise que se faz sobre a marginalização do negro, na sociedade capitalista. Partindo-se do princípio racista de que a escravidão é fonte de todos os males, única responsável pela ignorância e indolência da população pobre, de cor, conclui-se que a marginalização do negro decorre de sua inferioridade racial e da marca que lhe deixou a experiência negativa do trabalho cativo. O horror que adquiriu ao trabalho não o permite, mais a ele adaptar-se. Livre, não quer mais trabalhar. É vagabundo por opção.

O imaginário perpassado pelo medo do que fazer da numerosa população negra liberta, os representa analfabetos, desestruturados, avessos ao trabalho, incapazes de competir.

A solução que a elite branca encontrou e estimulou foi a imigração. O estrangeiro desconhecendo o mal terrível da escravidão, faria a riqueza dele e da nação e de sobra branquearia a raça. A imigração será a saída branca, nas vésperas e no dia seguinte de uma abolição, inconclusa, que não se completou com uma reestruturação na ordem econômica e social.

NOTAS

- 1 — Werneck, Luís Peixoto de Lacerda. Idéias sobre a colonização, precedidas de uma sucinta exposição dos princípios gerais que regem a população. RJ. 1855, in Robert Conrad. Os últimos anos da escravidão no Brasil. p. 16. RJ 1978.
- 2 — Expilly, Charles — 1860-1862 — **Mulheres e Costumes do Brasil**. Cia. Ed. Nacional, SP. 1935, pp. 122/413
- 3 — Idem, p. 194.
- 4 — Cod. 1 — Inventário de José Bernardino da Silva. Caruaru, 1854. DPH. Dept.º de História da UFPE.
- 5 — Sant'Anna, Afonso Romano de — **O canibalismo amoroso**. Ed. Brasiliense. SP. 1985. p. 22.
- 6 — Idem, p. 32.
- 7 — Idem, p. 33.
- 8 — Correio de Natal. 15.7.1879.
- 9 — Cod. 2 — Inventário de Thomas José de Aquino — Altinho 1853 DPH. Dept.º de História da UFPE.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Célia M. Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites**. Século XIX. Paz e Terra — RJ — 1987.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil**. Civilização Brasileira — RJ — 1978.
- EXPILLY, Charles. **Mulheres e Costumes do Brasil**. Ed. Nacional — SP. 1935.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade, I. A Vontade de Saber**. Ed. Graal, RJ — 1988.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. José Olympio Editora. RJ — 1966.

GIACOMINI, Sônia Maria. **Mulher e Escrava**. Ed. Vozes, Petrópolis, 1988.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. Ed. Ática. SP. 1978.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Ser Escravo no Brasil**. Ed. Brasiliense — SP — 1982.

MONTÊIRO, Mária. A mulher Nordestina. Antologia de Textos dos Diários de Viagens do século XIX. **Caderno de História nº 6**. UFPE. Recife. 1988.

PENA, M. Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras**. Paz e Terra. RJ — 1981.

SANT'ANNA, Afonso Romano de. **O canibalismo amoroso**. Ed. Brasiliense — SP — 1985.

SILVA, M. Beatriz Nizza. **Sistema de Casamento no Brasil Colonial** — T. A. Queiroz. Ed. — SP — 1984.